

Atendimentos fonoaudiológicos na atenção primária à saúde no Distrito Federal: panorama entre 2018 e 2022

Speech Therapy in Primary Health Care in the Federal District

Patrícia Ribeiro Baia Lira¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4813-3849>

Vanessa Luisa Destro Fidêncio²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2632-5666>

Resumo

Introdução: A inserção do fonoaudiólogo na Atenção Primária à Saúde (APS) auxilia na detecção precoce de alterações, além de contribuir para as ações coletivas de promoção de saúde, diminuindo o fluxo para a atenção secundária e favorecendo a otimização da organização do sistema de saúde.

Objetivo: Descrever a taxa de variação da quantidade de consultas fonoaudiológicas registradas na APS na Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) entre os anos de 2018 e 2022. **Métodos:** Trata-se de um estudo do tipo ecológico, com consulta a banco de dados de domínio público e análise do quantitativo de consultas fonoaudiológicas na APS registradas na SES-DF por Região de Saúde (RS) e por estabelecimento de saúde. Foi realizada análise estatística descritiva a partir da variação proporcional percentual do período investigado. **Resultados:** foram registradas 17.054 consultas fonoaudiológicas na APS na SES-DF entre 2018 e 2022, tendo a maioria sido registrada na Região de Saúde (RS) Sudoeste. Apenas 38 (17,6%) dos 216 estabelecimentos de saúde de atenção primária que constavam no banco de dados acessado registraram consultas fonoaudiológicas na APS entre 2018 e 2022. Houve uma taxa de crescimento média de 22,75% de consultas em quatro anos, com queda entre os anos de 2020 e 2022. **Conclusão:** observou-se reduzida taxa de crescimento de atendimentos fonoaudiológicos na APS no Distrito Federal no período avaliado, sendo esses muitas vezes concentrados em UBS específicas, limitando o acesso da população a esses profissionais e dificultando a organização do sistema de saúde em redes de atenção, conforme a sua complexidade..

Palavras-chave: fonoaudiologia; Sistema Único de Saúde; sistemas de informação em saúde; atenção primária à saúde..

Abstract

Introduction: The inclusion of speech therapists in Primary Health Care (PHC) helps in the early detection of disorders, in addition to contributing to collective health promotion actions, reducing the flow to secondary care and optimizing the organization of the health system. **Purpose:** to quantify speech therapy consultations registered in PHC at the Health Department of the Federal District (SES-DF) between the years 2018 and 2022. **Methods:** this is an ecological study, with consultation of a database of public domain and analysis of the number of speech therapy consultations in PHC registered in SES-DF by Health Region (HR) and by health establishment. **Results:** 17,054 speech therapy consultations were registered in PHC in SES-DF between 2018 and 2022, with the majority being registered in the Southwest HR. Only 38 (17.6%) of the 216 primary care health establishments that appeared in the accessed database registered speech therapy consultations in PHC between 2018 and 2022. There was an average growth rate of 22.75% of consultations in four years, with a drop between the years 2020 and 2022. **Conclusion:** a reduced growth rate of speech therapy services in PHC in the Federal District was observed in the period evaluated, with these often concentrated in specific basic health units, limiting the population's access to these professionals and making it difficult the organization of the health system into care networks, according to their complexity.

Keywords: Language and Hearing Sciences. Unified Health System. Health Information Systems. Primary Health Care.

¹ Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN – Brasília – DF – Brasil. E-mail: patyblira@gmail.com

² Universidade Tuiuti do Paraná - Curitiba - PR – Brasil. E-mail: vanessa.destrof@gmail.com



Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído por um conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais e está pautado no oferecimento de acesso igualitário e universal, além de integralidade dos serviços, a fim de atender ao direito constitucional de saúde como um dever do Estado¹.

No SUS, a Atenção Primária à Saúde (APS) deve ser a base de todo cuidado, incidindo sobre problemas coletivos dos diferentes níveis, contemplando os aspectos biopsicossociais do indivíduo, com ações voltadas principalmente à promoção de saúde e prevenção de agravos². Sendo assim, o trabalho realizado na APS é fundamental nas diversas áreas da saúde, visto que promove saúde, previne agravos e diminui a espera em outros níveis dos serviços de saúde à medida que colabora com a resolutividade de diversas queixas de saúde dos usuários.

Nesse sentido, o trabalho do fonoaudiólogo na APS contribui, dentre outros aspectos, para que encaminhamentos desnecessários a serviços de maior complexidade não sejam realizados.

A Fonoaudiologia ainda é uma ciência relativamente nova e necessita de maior divulgação sobre suas áreas de atuação em todos os níveis de atenção no SUS. Desta forma, é necessário que se discuta a respeito da maior inserção e atuação dos fonoaudiólogos na APS.

Os fonoaudiólogos iniciaram sua atuação no serviço público entre a década de 1970 e 1980, com serviços voltados exclusivamente à reabilitação do indivíduo. Com a promulgação da constituição e definição do SUS¹, esses profissionais passaram a ser contratados, via concurso público, pelas Secretarias de

Saúde de Estado e iniciou-se a inserção da Fonoaudiologia na APS³.

A inserção do fonoaudiólogo na APS foi ampliada em 2008, a partir da criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)^{4,5}, atualmente denominados Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB)⁶. As ações do fonoaudiólogo na APS englobam, dentre outras, a identificação de riscos para distúrbios da comunicação, construção de projetos terapêuticos, matricamento, implantação de grupos educativos ou terapêuticos, atendimentos específicos de avaliação e triagem, encaminhamentos, educação continuada de outros profissionais da saúde e a ordenação do cuidado nas redes de atenção⁷.

Apesar da importância da Fonoaudiologia no cuidado à saúde, verifica-se que ainda é insípiente e há carência de estudos prévios que definam qual a melhor distribuição e alocação de profissionais, conforme as necessidades de cada território. Assim, constata-se que não há lógica na distribuição desses profissionais no SUS em algumas regiões⁸, além de déficit na oferta desse serviço na APS em todo o país, o que impacta de maneira negativa na integralidade do cuidado⁹.

Atualmente, com o conceito ampliado de saúde e considerando a importância da comunicação humana para o desenvolvimento integral do indivíduo, destaca-se a importância do fonoaudiólogo na APS¹⁰. Apesar disso, em um estudo¹¹ realizado no estado de Sergipe, os autores constataram maior taxa de crescimento no registro dos atendimentos fonoaudiológicos de média complexidade entre os anos de 2012 e 2021. Ou seja, houve predominância nos procedimentos clínicos e diagnósticos. Faz-se necessária a realização de estudos que avaliem a taxa de variação dos



atendimentos fonoaudiológicos nos diferentes níveis de complexidade no SUS também em outras regiões do país.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo foi descrever a taxa de variação da quantidade de consultas fonoaudiológicas registradas na APS na Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) entre os anos de 2018 e 2022.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo do tipo ecológico, com consulta a banco de dados de domínio público e análise do

quantitativo de consultas fonoaudiológicas na APS registradas na SES-DF por Região de Saúde (RS) e por estabelecimento de saúde no período de 2018 a 2022.

A coleta de dados foi realizada em janeiro de 2023, por meio de busca no banco de dados da Sala de Situação, disponível no portal Info Saúde-DF¹² da SES-DF. Foram consultadas as informações de Atenção à Saúde, no item de Atenção Primária e subitem Atendimento por Categoria Profissional (e-SUS) (Figura 1). O acesso é gratuito e disponibilizado para os cidadãos sem a necessidade de *login* ou senha.

Figura 1 - Fluxograma da busca no Portal Info Saúde-DF



Fonte: elaboração própria

A quantidade de procedimentos por estabelecimento de saúde e região foi tabulada em planilha do Excel e foi realizada análise descritiva dos dados obtidos e análise da variação proporcional percentual do período investigado.

Resultados

As RS do Distrito Federal são divididas da seguinte forma¹³: RS Central (Asa Sul, Asa Norte, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão e Vila Planalto), RS Centro-Sul (Candangolândia, Estrutural, Guará, Park Way, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Setor de Indústria e Abastecimento - SIA e Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA), RS Norte

(Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal), RS Sul (Gama e Santa Maria), RS Leste (Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico e Jardins Mangueiral), RS Oeste (Brazlândia e Ceilândia), RS Sudoeste (Águas Claras, Recanto das Emas, Samambaia, Taguatinga e Vicente Pires).

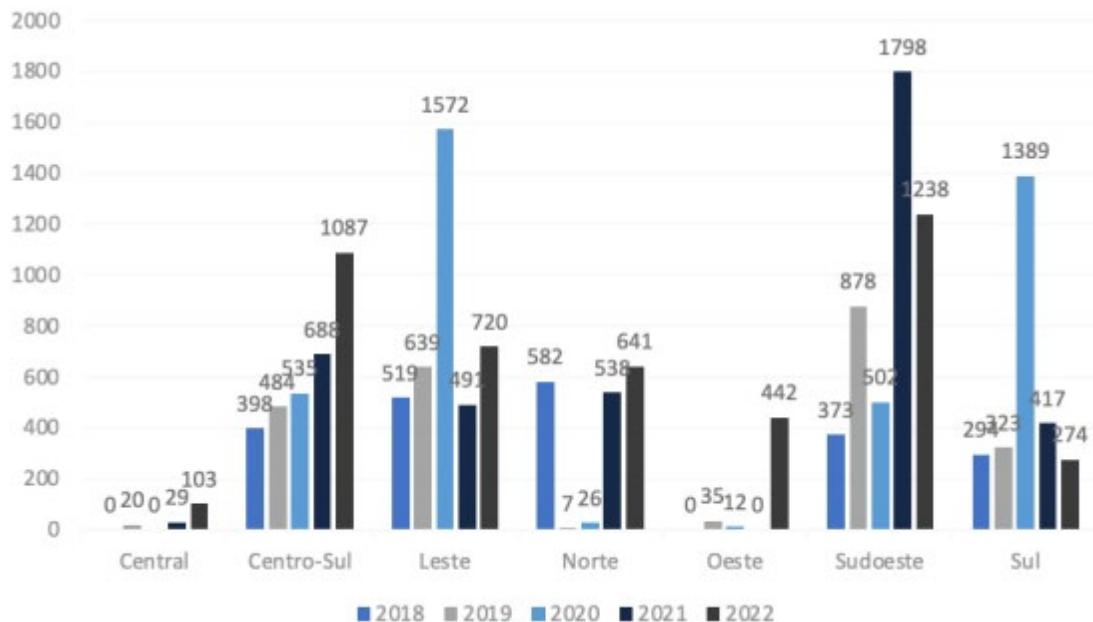
Entre os anos de 2018 e 2022, foram registradas 17.054 consultas fonoaudiológicas na APS na SES-DF. Com relação ao quantitativo total por RS



nesse período, observou-se o registro de 152 consultas fonoaudiológicas na RS Central, 3192 na RS Centro-Sul, 3941 na

RS Leste, 1794 na RS Norte, 489 na RS Oeste, 4789 na RS Sudoeste e 2697 na RS Sul (Figura 2).

Figura 2 - Quantitativo de atendimentos fonoaudiológicos na APS/SES-DF por Região de Saúde, entre 2018 e 2022



Fonte: elaboração própria

As consultas fonoaudiológicas registradas na RS Sudoeste representaram 28,08% do quantitativo no período de 2018 a 2022. Já a RS Central foi a que menos registrou esse tipo de consulta, representando somente 0,90% do quantitativo total no mesmo período, seguida da RS Oeste, cujos registros entre 2018 e 2022 representaram apenas 2,89% do quantitativo total.

Apenas 38 (17,6%) dos 216 estabelecimentos de saúde de atenção

primária que constavam na tabela acessada no Portal Info Saúde-DF¹² registraram consultas fonoaudiológicas na APS entre 2018 e 2022. O estabelecimento de saúde que mais registrou esse tipo de consulta entre os anos de 2018 e 2022 foi a Unidade Básica de Saúde (UBS) 1 de Taguatinga e o que menos registrou foi a UBS 6 de Planaltina (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de consultas fonoaudiológicas registradas na Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal, por Região e estabelecimento de saúde no período 2018-2022

Atendimentos fonoaudiológicos na atenção primária do Distrito Federal							
Regiões de Saúde	Estabelecimento de Saúde	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Região Central	UBS 1 – Asa Sul	0	0	0	29	103	132
	HRAN	0	20	0	0	0	20
Região Centro-Sul	UBS 5 – Riacho Fundo II	0	0	0	0	76	76
	UBS 1 – Riacho Fundo II	292	353	257	423	569	1894
	UBS 1 – Núcleo Bandeirante	0	0	0	0	57	57
	UBS 1 - Estrutural	100	131	278	265	385	1159



Atendimentos fonoaudiológicos na atenção primária do Distrito Federal							
Regiões de Saúde	Estabelecimento de Saúde	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Região Leste	UBS 9 – São Sebastião	0	0	116	201	307	624
	UBS 6 – São Sebastião	0	0	3	11	2	16
	UBS 4 – São Sebastião	0	0	0	0	6	6
	UBS 2 – São Sebastião	0	0	0	0	3	3
	UBS 19 – São Sebastião	0	0	0	0	19	19
	UBS 12 – São Sebastião	0	0	23	13	19	55
	UBS 11 – São Sebastião	0	0	35	5	23	63
	UBS 10 – São Sebastião	0	0	17	35	29	81
	UBS 1 – São Sebastião	122	280	16	0	0	418
	UBS 1 - Paranoá	0	0	0	0	1	1
	UBS 1 – Jardins Mangueiral	0	0	0	87	309	396
	UBS 1 - Itapoã	392	359	1362	122	0	2235
Região Norte	UBS 7 - Planaltina	0	0	0	0	4	4
	UBS 6 - Planaltina	0	0	0	0	3	3
	UBS 5 – Sobradinho II	38	7	0	0	0	45
	UBS 5 - Planaltina	0	0	0	0	43	43
	UBS 4 - Planaltina	544	88	26	538	550	1746
	UBS 2 - Planaltina	0	0	0	0	41	41
Região Oeste	UBS 8 - Ceilândia	0	35	12	0	295	342
	UBS 16 - Ceilândia	0	0	0	0	147	147
Região Sudoeste	UBS 6 - Samambaia	0	0	5	274	0	279
	UBS 5 - Taguatinga	0	0	0	0	200	200
	UBS 5 - Samambaia	0	0	0	2	180	182
	UBS 4 – Recanto das Emas	143	97	1	108	20	369
	UBS 3 - Samambaia	0	0	26	0	0	26
	UBS 2 - Taguatinga	0	0	42	815	113	970
	UBS 2 - Samambaia	34	0	0	108	212	354
	UBS 2 – Recanto das Emas	14	0	0	0	0	14
	UBS 1 - Taguatinga	166	693	420	491	513	2283
	UBS 6 - Gama	294	229	582	258	226	1589
Região Sul	UBS 1 – Santa Maria	0	94	805	159	0	1058
	UBS 1 – Gama	0	0	0	0	48	48
	Total	2166	2386	4036	3961	4503	17.052

Legenda: DF=Distrito Federal; UBS=Unidade Básica de Saúde

Fonte: Portal Info Saúde-DF

Houve uma taxa de crescimento do número de consultas fonoaudiológicas registradas na APS na SES-DF de 10% entre 2018 e 2019, 69% entre 2019 e 2020 e 14% entre 2021 e 2022. Observou-se uma redução de 2% do total de atendimentos entre 2020 e 2021. Em quatro anos, o número de consultas fonoaudiológicas na APS registradas na SES-DF cresceu pouco mais que o dobro, indo de um total de 2166 em 2018 para 4503 em 2022, demonstrando uma taxa de

crescimento média de apenas 22,75% nesse período. Além disso, apesar do quantitativo geral demonstrar uma taxa de crescimento de 14% entre 2021 e 2022, analisando-se as RS isoladamente, constata-se que, neste período, houve queda no registro dos atendimentos de APS nas RS Leste, Oeste, Sudoeste e Sul.

Discussão

A descentralização político-administrativa, com a regionalização da



rede de serviços de saúde faz parte dos princípios doutrinários do SUS¹. Desde 2016, o Distrito Federal está organizado em sete RS, sendo: Região Central, Região Centro-Sul, Região Leste, Região Norte, Região Oeste, Região Sudoeste e Região Sul¹³.

A maior parte das consultas fonoaudiológicas na APS entre os anos de 2018 e 2022 foi registrada na RS Sudoeste. Essa RS é a que apresenta maior cobertura de APS pela SES-DF¹⁴ e onde estão três das seis Regiões Administrativas (RAs) mais populosas do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga e Águas Claras¹⁵.

Apesar de englobar a RA de Ceilândia, considerada a mais populosa do Distrito Federal¹⁵, a RS Oeste foi a segunda região que menos registrou consultas fonoaudiológicas na APS na SES-DF no período avaliado. Deve-se considerar o fato de que, no período em questão, somente dois estabelecimentos de saúde registraram esse tipo de consulta nessa RS. Constatou-se, portanto, que houve uma oferta desigual do serviço fonoaudiológico na APS nas diferentes RS do Distrito Federal entre os anos de 2018 e 2022 e que esse serviço foi disponibilizado em um número reduzido de estabelecimentos de saúde, mesmo em RAs mais populosas. Ressalta-se que há a possibilidade de atendimentos terem sido realizados, porém não registrados.

A oferta do serviço fonoaudiológico em qualquer nível de atenção também é dependente do número de profissionais atuantes na região. Em 2018 havia 118 fonoaudiólogos ativos na SES-DF. Com a nomeação de 137 profissionais realizadas nos anos de 2019 a 2022, este quantitativo foi atualizado para 255 profissionais¹⁶. Em janeiro de 2023, havia 3303 cargos ocupados de Especialista em Saúde na SES-DF¹². Observa-se, portanto, que o quantitativo de fonoaudiólogos efetivos na SES-DF

representava, em janeiro de 2023, 7,72% do quadro total de especialistas em saúde contratados. A representatividade reduzida da Fonoaudiologia no Distrito Federal já havia sido apontada em outro estudo⁹, em que os autores constataram que, em 2008, o território apresentava a menor oferta de fonoaudiólogos na APS do país.

Embora classificada como crescente, a oferta de serviços/atendimentos por profissionais fonoaudiólogos na APS ainda é desigual e restrita como observado também em outras regiões do Brasil¹⁷, o que prejudica a integralidade do cuidado no SUS, visto que a Fonoaudiologia tem na APS um cenário ideal para atuar, aplicando técnicas e estratégias de promoção de saúde e prevenção de agravos da comunicação, propiciando que sejam aplicados os princípios doutrinários do SUS¹⁷.

Estudos tem demonstrado a importância da inserção do fonoaudiólogo na APS para o desenvolvimento de ações de educação em saúde para grupos de diferentes faixas etárias e abordando diferentes temáticas relacionadas à comunicação humana¹⁹, além de ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador¹⁵. Um estudo realizado no Ceará demonstrou, por exemplo, que a taxa de retorno de recém-nascidos para o reteste da Triagem Auditiva Neonatal mudou de 7,69% para 65,38% após a atuação de equipe de fonoaudiologia na APS²⁰.

A baixa cobertura da APS no Distrito Federal, no entanto, não se restringe à Fonoaudiologia. Um estudo realizado em 2017 constatou que o Distrito Federal apresentou os menores percentuais de cobertura para as dimensões de infraestrutura, composição das equipes e serviços disponíveis na APS²¹.

Apesar dos esforços da SES-DF em traçar um planejamento específico para a promoção de saúde¹⁴, os usuários



ainda apresentam maior confiança nos hospitais e descrédito na capacidade resolutiva dos centros de saúde²². Um dos fatores que favorece a busca dos usuários pelos serviços é o atendimento pautado no respeito, confiança, privacidade e confidencialidade²³. Nesse sentido, a longitudinalidade do cuidado na APS está associada a alguns benefícios, dentre eles, a confiança dos usuários²⁴. A longitudinalidade do cuidado pressupõe uma fonte continuada de atenção, com fortes laços interpessoais que refletem a cooperação mútua entre os usuários do serviço e os profissionais de saúde²⁵. Sendo assim, autores sugerem a expansão e ampliação deste modelo de atenção para melhoria da qualidade da APS^{24,25}. Além disso, os gestores devem estar atentos às questões relacionadas à precarização do trabalho na APS, já que isso pode ocasionar em rotatividade dos profissionais do serviço, o que interfere na descontinuidade do trabalho e nos relacionamentos e vínculos estabelecidos entre os usuários e os profissionais²⁶.

Comparando os períodos avaliados, observou-se inferior taxa de crescimento no registro dos atendimentos fonoaudiológicos entre os anos de 2020 e 2022. Hipotetiza-se que a queda no quantitativo de atendimentos fonoaudiológicos na APS nesse período pode estar relacionada à pandemia. Dados de uma UBS no Distrito Federal evidenciaram a quebra do ritmo de crescimento dos atendimentos diante da primeira onda da COVID-19²⁷. Em um estudo realizado em um distrito sanitário do Recife, os autores também constataram a redução dos procedimentos odontológicos na APS no período pandêmico²⁸. Um estudo²⁹ realizado com 15 fonoaudiólogos no estado da Paraíba constatou que a maioria dos profissionais referiu o isolamento social como principal obstáculo para os atendimentos fonoaudiológicos na APS durante a

pandemia pela COVID-19, além de relatarem falta de apoio e de recursos necessários para atuação neste período. Há de se considerar também questões referentes a políticas públicas e financiamento. Pesquisadores³⁰ referem que a extinção do financiamento específico dos NASF e a modificação do processo de trabalho nesses núcleos a partir de 2020 podem ter interferido nos atendimentos fonoaudiológicos desde então.

Usuários do serviço de APS do Distrito Federal entrevistados entre os anos de 2018 e 2019 referiram que o quantitativo de profissionais das diferentes áreas da saúde disponíveis não é o suficiente para atender a demanda da população e pontuaram a dificuldade para conseguir atendimento por demanda espontânea, necessitando sempre do agendamento, o que dificulta o acesso e segmenta o cuidado ao indivíduo assistido³¹. Para aumentar a cobertura na APS há de se entender que mesmo uma oferta extensa em determinados locais pode não ser capaz de ampliar o acesso efetivo dos usuários, considerando que serviços com localização estratégica e de fácil acesso, mas sem insumos, não são capazes de proporcionar as mudanças esperadas para o sistema de saúde²⁰. É importante ainda que gestores considerem o ponto de vista e opiniões dos usuários dos serviços, proporcionando momentos de escutas à população, para incorporar estratégias para alcançar o atendimento ideal na APS³¹.

As limitações deste estudo estão associadas ao fato de tratar-se de estudo ecológico, com coleta em sistema informativo da SES-DF, sendo, portanto, dependente da exatidão das informações registradas pelos profissionais durante os anos analisados. Desta forma, a ausência de registros de atendimentos realizados pode ser uma hipótese. Ressalta-se ainda que no Distrito Federal também são



realizados atendimentos públicos em instituições conveniadas à SES-DF, que podem englobar atendimentos da APS e podem não ser registrados no Portal Info Saúde-DF. No entanto, reforça-se que o presente estudo direcionou-se à oferta do serviço fonoaudiológico na APS especificamente vinculado à SES-DF, por meio da análise de dados registrados em site de acesso público, de forma a suscitar, inclusive, uma discussão acerca do quantitativo de profissionais fonoaudiólogos vinculados ao órgão distrital.

Estudos que investiguem e apontem reflexões com relação à oferta de ações e serviços de saúde são fundamentais para assegurar que o compromisso com o direito à saúde seja resguardado²². Pretende-se que o presente estudo impulse debates acerca da cobertura da APS nas RS/RAs do Distrito Federal e da necessidade da maior inserção do profissional fonoaudiólogo nesse nível de atenção à saúde, não só nessa localização, mas no país como um todo. Ademais, o presente estudo também destaca a importância de que os registros dos dados de saúde e consultas realizadas na SES-DF, nos diferentes níveis de

atenção à saúde, sejam realizados de maneira adequada no Portal Info Saúde-DF para possibilitar uma análise real da oferta do serviço.

Sugere-se que estudos futuros sejam realizados a fim de traçar um comparativo para verificar a evolução quantitativa dos atendimentos fonoaudiológicos nos diferentes níveis de complexidade nas diferentes regiões do país. Análises futuras com relação ao quantitativo da população por RS e número de fonoaudiólogos por habitante também podem contribuir para avaliar a oferta do serviço fonoaudiológico no SUS.

Conclusão

Observou-se reduzida taxa de crescimento de atendimentos fonoaudiológicos na APS no Distrito Federal entre os anos de 2018 e 2022, sendo esses muitas vezes concentrados em UBS específicas, limitando o acesso da população a esses profissionais e dificultando a organização do sistema de saúde em redes de atenção, conforme a sua complexidade.

Referências Bibliográficas

1. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências [internet]. 1990 [acesso em 2023 Fev 26]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
2. Giovanella L, Mendonça MHM, Almeida PF, Escorel S, Senna MCM, Fausto MCR et al. Saúde da família: limites e possibilidades para uma abordagem integral de atenção primária à saúde no Brasil. Ciênc Saúde Coletiva [internet]. 2009 [acesso em 2023 Fev 26]; 14(3):783-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XLjsqcLYxFDf8Y6ktM4Gs3G/?format=pdf&lang=pt>
3. Moreira MD, Mota HB. Os caminhos da fonoaudiologia no Sistema Único de Saúde – SUS. Rev CEFAC. 2009; 11(3):516-21. doi: [10.1590/S1516-18462009000300021](https://doi.org/10.1590/S1516-18462009000300021)
4. Brasil. Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF [internet]. 2008 [acesso em 2024 Jan 08]. Brasília: Ministério da



- | | | |
|---|---|-----|
| Saúde. | Disponível | em: |
| https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html | | |
| 5. | Lima BPS, Garcia VL, Amaral EM. Atividades profissionais do fonoaudiólogo na Atenção Primária à Saúde no Brasil: consenso de especialistas. Disturb Comum [internet]. 2021; 33(4):751-61 [acesso em 2024 Jan 08]. doi: 10.23925/2176-2724.2021v33i4p751-761 | |
| 6. | Brasil. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [internet]. 2017 [acesso em 2024 Jan 08]. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html | |
| 7. | Sistemas de Conselhos de Fonoaudiologia. Contribuição da Fonoaudiologia para o avanço do SUS [internet]. 2016 [acesso em 2023 Jan 29]. Brasília: Conselho Federal de Fonoaudiologia. Disponível em: https://www.fonoaudiologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Contribuicao-Fonoaudiologia-Avancao-do-Sus.pdf . | |
| 8. | Nascimento CL, Nakamura HY. Fonoaudiologia no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo. Disturb Comum [internet]. 2018 [acesso em 2023 Fev 26]; 30(1):179-85. doi: 0.23925/2176-2724.2018v30i1p179-185 | |
| 9. | Viégas LHT, Meira TC, Santos BS, Mise YF, Arce VAR, Ferrite S. Fonoaudiologia na Atenção Básica no Brasil: análise da oferta e estimativa do déficit, 2005-2015. Rev CEFAC [internet]. 2018 [acesso em 2023 Fev 26]; 20(3):353-62. doi: 10.1590/1982-021620182031918 | |
| 10. | Sousa MFS, Nascimento CMB, Sousa FOS, Lima MLLT, Silva VL, Rodrigues M. Evolução da oferta de fonoaudiólogos no SUS e na atenção primária à saúde, no Brasil. Rev CEFAC [internet]. 2017; 19(2):213-20 [acesso em 2023 Mar 10]. doi: 10.1590/1982-0216201719215816 | |
| 11. | Ramos AFM, Santos JMJ, Peixoto MVS. Oferta da Fonoaudiologia pelo Sistema Único de Saúde em Sergipe: 2012 a 2021. Rev Sergipana de Saúd Pub [internet]. 2023; 2(1):58-76 [acesso em 2024 Set 09]. Disponível em: https://www.revistasergipanadesaudepublica.org/index.php/rssp/article/view/52 | |
| 12. | Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Info Saúde-DF [internet]. Brasília: Secretaria de Saúde do Distrito Federal; [c.2022]. [atualizado em 2023 Mar 9; acesso em 2023 Mar 10]. Disponível em: https://info.saude.df.gov.br/ | |
| 13. | Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Regiões de Saúde [internet]. Brasília; SES-DF; s.d. [acesso em 2024 Jan 08]. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/regioes-de-saude | |
| 14. | Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Plano distrital de promoção da saúde 2020-2023 [internet]. Brasília: SES-DF; 2020. [acesso em 2023 Fev 24]. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/73424/Plano+Distrital+de+Promo%C3%A7%C3%A3o+da+Sa%C3%BAde+2020-2023.pdf/e764fe6c-6300-b544-d3f0-5416cd19a940?t=1648442001056 | |
| 15. | Companha de Planejamento do Distrito Federal. Projeções populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2010-2020: sumário executivo [internet]. Brasília: Codeplan; 2019. [acesso em 2023 Fev 24]. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Sum%C3%A1rio-Executivo-Proje%C3%A7%C3%A3o-B5es-Populacionais.pdf | |



16. Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Servidores, nomeações e vacâncias [internet]. Brasília:SES-DF; 2023. [atualizado em 2023 Mar 02; acesso em 2023 Mar 10]. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/servidores-nomeacoes-e-vacancias>
17. Hodes CH, Kurebayashi R, Kondo VE, Luft VD, Góes AB, Schmitt ACB. O acesso e o fazer da reabilitação na atenção primária à saúde. Fisioter Pesqui [internet]. 2017; 24(1):74-82 [acesso em 2023 Mar 10]. doi: 10.1590/1809-2950/16786424012017
18. Martins WS, Silva JM, Sousa FOS. Fonoaudiologia no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica: um estudo sobre a caracterização da atuação na saúde vocal dos professores. Disturb Comum [internet]. 2022; 34(2):e54909 [acesso em 2023 Mar 10]. doi: 0.23925/2176-2724.2022v34i2e54909
19. Medeiros EA, Maia RM, Cedro MO, Barbosa MLC, Corréia RBF, Tavares PMB et al. A inserção da fonoaudiologia na estratégia saúde da família: vivências em Sobral-CE. Sanare [internet]. 2009; 8(2):7-15 [acesso em 2023 Fev 26]. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/14>
20. Maia RM, Silva MAM, Tavares PMB. Saúde auditiva dos recém-nascidos: atuação da fonoaudiologia na estratégia saúde da família. Rev CEFAC [internet]. 2012; 14(2):206-14. [acesso em 2023 Fev 26]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Lqf4ycBVrjmjRyYjMD37gMk/?format=pdf&lang=pt>
21. Poças KC. Avaliação da atenção primária à saúde no Distrito Federal. Brasília. Tese [Doutorado em Saúde Coletiva]. – Universidade de Brasília; 2017. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31942/1/2017_KatiaCrestinePo%C3%A7as_PARCIAL.pdf
22. Pires MRGM, Gottems LBD, Martins CMF, Guilhem D, Alves ED. Oferta e demanda por média complexidade/SUS: relação com atenção básica. Ciênc Saúde Coletiva [internet]. 2010; 15(Supl.1):1009-19 [acesso em 2023 Fev 26]. doi: [10.1590/S1413-81232010000700007](https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700007)
23. Melo DS, Silva ALA, Martelli PJL, Lyra TM, Miranda GMD, Mendes ACG. O direito à saúde no território: o olhar dos usuários para Atenção Primária à Saúde. Ciênc Saúde Colet [internet]. 2021; 26(10):4569-78 [acesso em 2024 Jan 08]. doi: 10.1590/1413-812320212610.10722021
24. Paula CC, Silva CB, Nazário EG, Ferreira T, Schimith MD, Padoim SMM. Fatores que interferem no atributo longitudinalidade da atenção primária à saúde: revisão integrativa. Rev Eletr Enf [internet]. 2015; 17(4):31084 [acesso em 2024 Jan 08]. doi: <https://doi.org/10.5216/ree.v17i4.31084>
25. Starfield B. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia [internet]. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde; 2002 [acesso em 2024 Jan 08]. 726 p. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0253.pdf>
26. Kessler M, Lima SBS, Weiller TH, Lopes LFD, Ferraz L, Eberhardt TD et al. Longitudinalidade do cuidado na atenção primária: avaliação na perspectiva dos usuários. Acta Paul Enferm [internet]. 2019; 32(2):186-93 [acesso em 2024 Jan 08]. doi: 10.1590/1982-0194201900026
27. King PLG, Amorim FP, Araújo GL, Silva TBZ, Santana LA, Fernandes SES et al. Análise da utilização dos serviços em uma Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal, Brasil. Com Cienc Saud [internet]. 2023; 34(1):Ahead of Print [acesso em 2024 Set 06]. doi: [10.51723/ccs.v34i01.1411](https://doi.org/10.51723/ccs.v34i01.1411)
28. Rodrigues LA, Santos RNA, Aguiar ABL. Impacto no acesso e na produção da rede pública de saúde bucal durante a covid-19 em um distrito sanitário do Recife. Rev de



- APS [internet]. 2022; 25(4):784-804 [acesso em 2024 Set 06]. doi: [10.34019/1809-8363.2022.v25.38002](https://doi.org/10.34019/1809-8363.2022.v25.38002)
29. Silva JVRC, Almeida VEV, Albuquerque JDS, Barreto RG, Chaves SPL. A atuação fonoaudiológica na atenção primária à saúde (APS) na perspectiva da pandemia da Covid-19. Rev Eletr Acervo Saúde [internet]. 2024; 24(5):1-11 [acesso em 2024 Set 06]. doi: 10.25248/REAS.e15730.2024
30. Telles MWP, Lopes LMV. Quais os possíveis impactos do Previne Brasil para o trabalho e educação da fonoaudiologia na Atenção Primária à Saúde? Rev Dist Comum [internet]. 2023; 35(1):e59345 [acesso em 2024 Set 06]. doi: 10.23925/2176-2724.2023v35i1e59345
31. Silva AKP, Pedrosa CM, Xavier MF, Santos LMP. Foco na satisfação dos usuários como estratégia participativa para fomentar o acesso e a qualidade da Atenção Primária à Saúde no Distrito Federal. Saude Soc [internet]. 2023; 32(supl 1):e220931pt [acesso em 2024 Set 06]. doi: 10.1590/S0104-12902023220931pt

Como citar este artigo:

Lira PRB, Fidêncio VLD. Atendimentos fonoaudiológicos na atenção primária à saúde no Distrito Federal: panorama entre 2018 e 2022. Rev. Aten. Saúde. 2025; e20259662(23). doi <https://doi.org/10.13037/ras.vol23.e20259662>

